

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Entre a violência e a sobrevivência: mulheres negras em situação de rua

Sessão temática 01: Questão Social e Questão Étnico-Racial

Ingrid Preza Nunes, UFES
ingridprezanunes@gmail.com

Luiza Freitas de Carvalho, UFES
luiza.f.carvalho@edu.ufes.br

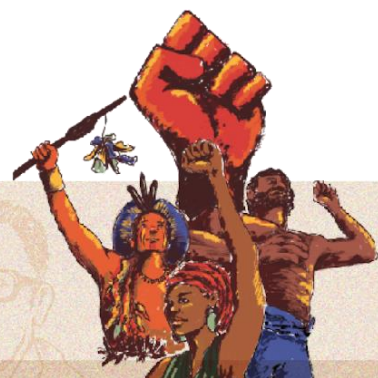
Resumo: O trabalho analisa a situação de mulheres negras em situação de rua, destacando a maior incidência de riscos e dificuldades decorrentes da interseccionalidade de machismo, racismo e desigualdade social. Dados do IBGE e do Fórum de Segurança Pública mostram maior risco de violência. Defende-se a criação de políticas interseccionais e antirracistas.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Violência contra Mulher. Racismo.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Esta pesquisa, é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso das autoras, e analisa a situação das mulheres negras em situação de rua, destacando as interseções entre machismo, violência, classe e o racismo. Os procedimentos metodológicos incluíram revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica estudou autoras como Heleieth Saffioti (2004) e Lélia Gonzalez (2020), que foram fundamentais na construção do referencial teórico, pois discutem as interseccionalidades de classe, gênero e raça, assim como autores que abordam a colonialidade, como Aníbal Quijano (2005) e Maria Lugones (2008).

Os dados estatísticos provenientes de instituições como o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2023) foram utilizados para oferecer uma perspectiva quantitativa sobre o cenário da população em situação de rua no Brasil e os impactos da violência relacionada à interseção entre desigualdades raciais, de gênero e sociais. Os dados mais recentes revelam que 69% da população em situação de rua no Brasil é composta por negros, sendo as mulheres negras, em particular, as mais afetadas pela intensificação dessas desigualdades, que perpetuam a subordinação e a limitação de oportunidades, conforme indicam os relatórios de pesquisa do IPEA (2023) e do IBGE (2023).



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

RESULTADOS: A Interseccionalidade das Desigualdades Estruturais e a Resistência das Mulheres Negras em Situação de Rua

A presença significativa de mulheres negras em situação de rua revela as contradições fundamentais do modo de produção capitalista, que, ao concentrar a propriedade dos meios de produção, perpetua a desigualdade estrutural que marca essa sociedade. O capitalismo necessita da manutenção de um "exército industrial de reserva", composto por trabalhadores desempregados ou subempregados, para disciplinar a força de trabalho e pressionar para baixo os salários (Marx, 1998). O racismo estrutural, longe de ser um resquício do passado, cumpre um papel funcional ao sistema, ao hierarquizar a classe trabalhadora e reforçar as desigualdades de acesso a recursos e direitos. Paralelamente, o patriarcado naturaliza a divisão sexual do trabalho, imputando às mulheres, especialmente às negras, a responsabilidade pelo trabalho de cuidado não remunerado, além de submetê-las a altos índices de violência institucional e doméstica (Lélia Gonzalez, 2020).

A partir da noção de colonialidade do poder de Aníbal Quijano (2005) é possível entender que a presença de mulheres negras em situação de rua não é fruto do acaso, mas resultado de um sistema histórico que ainda hoje organiza as relações sociais com base em hierarquias raciais, de gênero e de classe. Elas enfrentam não apenas a precariedade material, mas também o apagamento simbólico de suas histórias e vivências. Suas trajetórias, atravessadas por múltiplas violências, são pouco reconhecidas nas políticas públicas, que costumam ignorar as interseções entre racismo, sexismo e pobreza. A colonialidade de gênero (Lugones, 2008), ajuda a compreender como o patriarcado imposto durante a colonização intensificou a opressão sobre mulheres negras, desvalorizando suas existências e restringindo seu acesso a direitos. Mais do que um conjunto de atitudes individuais, o machismo se manifesta como uma ideologia incorporada às instituições sociais, favorecendo a dominação masculina e a subordinação feminina (Saffioti, 2004). Essa estrutura se mantém por meio de normas socialmente aceitas como naturais, que reforçam papéis de gênero assimétricos, desde os processos de socialização até o mercado de trabalho.

De acordo com dados do IBGE, em 2019, 61% das mulheres negras viviam em situação de vulnerabilidade social, uma taxa superior à das mulheres brancas, que era de 54%. Esse cenário evidencia as desigualdades raciais e econômicas, que acentuam a marginalização das mulheres



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

negras. Além disso, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aponta que essas mulheres são 66% mais propensas a serem assassinadas em comparação com as mulheres brancas, registrando uma taxa de homicídios de 8,5 por 100 mil em 2020. Isso reforça como a violência de gênero está profundamente interligada ao racismo e às desigualdades socioeconômicas, demonstrando que as lutas por equidade de gênero, raça e classe são interdependentes e não podem ser tratadas isoladamente (Souza, 2020).

Esses dados revelam uma precarização contínua das vidas dessas mulheres, vinculando-se a uma configuração histórica do corpo negro como "outro" na sociedade brasileira. O sistema econômico e social ainda reproduz desigualdades que excluem e marginalizam a população negra, evidenciando que cerca de 70% das pessoas em situação de extrema pobreza são negras, e a mesma proporção se aplica àqueles que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, apesar de enfrentarem essa realidade brutal, as mulheres negras em situação de rua também desenvolvem formas de resistência e solidariedade comunitária. Elas frequentemente empregam estratégias de sobrevivência que desafiam a narrativa de vitimização, demonstrando uma agência e resiliência notáveis, mesmo em condições adversas.

Mesmo diante de um contexto profundamente adverso, as mulheres negras em situação de rua demonstram notável resiliência ao criarem redes de apoio, compartilharem saberes cotidianos e desenvolvem estratégias de sobrevivência (Collins, 2019). Fato que revela formas potentes de resistência coletiva que desafiam a narrativa hegemônica de vitimização, frequentemente imposta sobre corpos negros femininos.

Em vez de serem vistas apenas como vítimas passivas da exclusão, essas mulheres exercem uma agência marcada pela luta constante por dignidade, afeto e direitos. Collins (2019) argumenta que o conhecimento produzido a partir das vivências das mulheres negras constitui um "saber situado", que dá origem a epistemologias próprias, construídas na intersecção entre opressão e resistência. Esse saber não é abstrato, mas profundamente enraizado nas experiências do cotidiano, nas práticas de cuidado, nas redes informais e na oralidade. Da mesma forma, bell hooks¹ (2015)

¹ A escrita do nome da autora bell hooks em minúsculo é uma escolha consciente da autora para transmitir uma sensação de proximidade e informalidade.



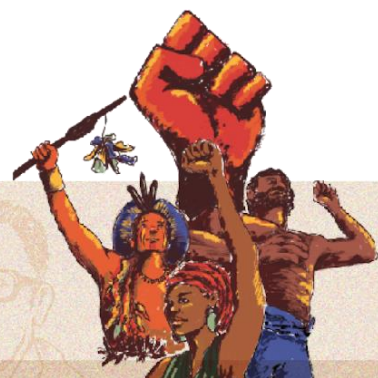
I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

ressalta que a sobrevivência das mulheres negras esteve historicamente ligada à construção de comunidades afetivas e à força dos vínculos entre mulheres, especialmente em contextos de extrema precariedade.

Essa construção coletiva é política, pois desafia a lógica individualista e meritocrática da modernidade ocidental. No contexto brasileiro, Carneiro (2003) enfatiza que a mulher negra ocupa uma posição de centralidade na reprodução social e na resistência às opressões, sendo historicamente responsável por sustentar famílias e comunidades frente ao racismo estrutural e à negligência do Estado. Em situação de rua, essa força não desaparece, ela se reinventa em formas criativas de manter a vida em movimento, mesmo quando as condições materiais e simbólicas são hostis. Reconhecer essa agência é fundamental para romper com visões assistencialistas e construir políticas públicas interseccionais que partam da escuta e da valorização dessas experiências. É crucial que as políticas sociais sejam implementadas de forma a reconhecer e atender às especificidades das experiências das mulheres negras em situação de rua, indo além da simples inclusão no mercado de trabalho, abrangendo integralmente as questões estruturais de racismo e desigualdade que perpetuam sua subordinação. Um olhar interseccional é essencial para o desenvolvimento de soluções que respeitem e valorizem a diversidade e a complexidade das vidas dessas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi exposto neste trabalho, foi possível compreender como a complexidade da questão da população feminina negra em situação de rua se expressa frente à violação de direitos, em especial, nos casos de violência enfrentada por mulheres nesse contexto. A violência contra as mulheres negras em situação de rua é um problema multifacetado, profundamente enraizado nas desigualdades sociais, econômicas e estruturais do Brasil. O contexto de pauperismo, a desestruturação dos vínculos familiares e a falta de acesso a serviços essenciais acentuam a vulnerabilidade dessa população, colocando-as em risco constante de violência física, sexual, psicológica, institucional e estrutural. Os resultados evidenciam que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras em situação de rua não se limitam à precarização econômica, mas estão profundamente enraizadas em um histórico de segregação racial e de gênero.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Referências

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Schwarcz, 2020.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2015.

IBGE, Coordenação de Cadastros e Classificações, organizador. **Estatísticas do cadastro central de empresas**: 2021. IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102005>

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Divulgação trimestral. 2024 Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego

IPEA. (2023). **Atlas da Violência 2023**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/250/atlas-da-violencia-2023#:~:text=Anualmente%2C%20o%20Atlas%20da%20Viol%C3%Aancia,de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%20\(FBSP\).](https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/250/atlas-da-violencia-2023#:~:text=Anualmente%2C%20o%20Atlas%20da%20Viol%C3%Aancia,de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%20(FBSP).)

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, [S. l.], n. 09, p. 73–101, 2008. Disponível em: <https://revistas.unicolmayor.edu.co/index.php/tabularasa/article/view/1501>. Acesso em: 15 apr. 2025.

MARX, Karl. **O capital**. Bauru, São Paulo, SP: Edipro, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 116-142.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. 1. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2020. 187 p. (Diálogos da diáspora; 2). ISBN 978-65-86039-46-7.

